



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE

PROVA OBJETIVA – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

CADERNO DE QUESTÕES

AUXILIAR DE CLASSE

ORIENTAÇÕES: LEIA COM ATENÇÃO!

1. Antes de iniciar a prova, o candidato deverá assinar o Cartão Resposta no local indicado, sob pena de eliminação no processo seletivo público.

2. **O CANDIDATO DEVERÁ TRANSCREVER A FRASE A SEGUIR NO LOCAL INDICADO NO CARTÃO RESPOSTA, SOB PENA DE ELIMINAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO:**

A educação é fundamental para a sociedade.

3. O candidato recebeu este caderno de questões contendo 40 questões.

4. Após a autorização para início da prova, o candidato deverá fazer a conferência do caderno de questões, buscando verificar se possui a quantidade de questões previstas no edital de abertura de inscrições.

5. Caso a prova esteja com alguma falha relacionada a impressão, o candidato deverá solicitar uma nova prova para o Fiscal de Sala.

6. Não é permitida a comunicação entre os candidatos. É proibida também a utilização de qualquer tipo de equipamentos eletrônicos.

7. O tempo mínimo de permanência do candidato na sala de prova é de 01 (uma) hora após seu início. Porém, não poderá levar consigo o caderno de prova e nenhum tipo de anotação de suas respostas. Os candidatos poderão deixar o seu local de prova levando consigo o caderno de provas somente depois de decorrido o tempo de 2 (duas) horas de realização da prova. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento de candidato da sala de provas.

8. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao

conteúdo das provas. Não dobre, amasse ou escreva em seu Cartão de Resposta, apenas confira seus dados, leia as instruções com atenção para seu preenchimento e assine no local indicado, pois em hipótese alguma ele será substituído.

9. Será de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido do Cartão Resposta. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com o Cartão Resposta tais como: marcação de dois ou mais campos referentes a um mesmo item, ausência de marcação nos campos referentes a um mesmo item, marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não preenchido integralmente.

10. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA** letra no Cartão de Resposta, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, **com caneta esferográfica de tinta azul ou preta**, fabricada em material transparente, de forma contínua e densa. A leitura óptica do Cartão de Resposta é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

11. O gabarito desta prova estará disponível na página oficial do processo seletivo simplificado no site da instituição, dentro do prazo previsto no cronograma de atividades.

12. O candidato poderá interpor recurso contra as questões desta prova dentro do prazo previsto no cronograma de atividades.

13. Toda e qualquer anormalidade acontecida durante a realização das provas, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que faça a observação na respectiva ata.

NOME DO CANDIDATO

CPF DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

AGUARDE A AUTORIZAÇÃO DO FISCAL PARA ABRIR ESTE
CADERNO DE QUESTÕES



LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO I

Anestesia geral

A promiscuidade no Poder Judiciário é conhecida, com palestras para eventuais réus, caronas em jatinhos ou escritórios de cônjuges atuando nos tribunais de seus parceiros sem qualquer constrangimento ou suspeição

Rodrigo Constantino.

São R\$ 129 milhões! R\$ 3,6 milhões mensais. Eis o contrato entre o Banco Master e o escritório da família de Alexandre de Moraes a que a jornalista Malu Gaspar, de *O Globo*, teve acesso. Isso tudo para defender Daniel Vorcaro em uma única causa, aparentemente, em que ele foi derrotado em duas instâncias. Talvez o valor “advocatício” do escritório esteja somente em causas no Supremo...

Malu voltou ao tema em outra coluna: “A atuação da advogada Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, em defesa do Banco Master, não é desconhecida apenas no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). No Banco Central, também não há registros de acesso da advogada, apesar de o contrato milionário firmado com o Master prever expressamente a atuação dela perante a instituição”.

Também de *O Globo*, Lauro Jardim comentou sobre o silêncio geral acerca do assunto explosivo: “Faz uma semana hoje que foi revelado, por Malu Gaspar, o valor do contrato que Viviane, mulher de Alexandre de Moraes, tinha com o Banco Master. Um total de R\$ 129 milhões em três anos ou R\$ 3,6 milhões mensais, sendo que R\$ 79 milhões foram efetivamente recebidos para atuar no Judiciário, MPF, PF, BC, Receita Federal, PGFN e Cade. Até agora, nem o escritório Barci de Moraes Sociedade de Advogados nem o ministro se manifestaram sobre o tema”.

Em qualquer país normal, essas informações seriam suficientes para uma hecatombe política! A promiscuidade no Poder Judiciário é conhecida, com palestras para eventuais réus, caronas em jatinhos ou escritórios de cônjuges atuando nos tribunais de seus parceiros sem qualquer constrangimento ou suspeição. Mas R\$ 3,6 milhões não é promiscuidade; é corrupção, e das grandes!

Nada disso parece importar. No lançamento do SBT News, lá estava Alexandre de Moraes como convidado de honra, com direito a discurso em que agradeceu ao presidente Lula pelo empenho em derrubar a Lei Magnitsky. O ministro celebrou a sua revogação numa festa com ícones dos três Poderes. Novamente, promiscuidade é pouco para descrever tanta indecência.

Na mesma semana, Moraes condenava Filipe Martins a mais de 20 anos de prisão, mesmo sem qualquer prova do crime. Ao contrário, a defesa apresentou fartas evidências de que o ex-assessor de Bolsonaro desejava aceitar o resultado das eleições, não saiu do país, não participou de qualquer reunião com os militares etc. Nada disso valeu qualquer coisa. Era um julgamento de cartas marcadas para punir um “ideólogo” brilhante do bolsonarismo.

Flávio Dino, o comunista, afirmou que foi um julgamento técnico, sem qualquer vingança, e Moraes endossou o mesmo discurso. Mas todos viram que foi um teatro soviético que instalou de vez no Brasil o “crime de opinião”. As trevas odeiam a luz, e Filipe foi perseguido justamente por incomodar a patota suprema com sua inteligência e sua firmeza moral. Ele não aceitou inventar delação contra um inocente e pagou por isso.

Enquanto Alexandre de Moraes segue praticando o mal, abusando dos direitos humanos, atropelando os demais poderes, perseguindo conservadores e ignorando o maior escândalo de corrupção do STF de que se tem notícia, o país se mostra sob anestesia geral. Uns fingem que há normalidade institucional no Brasil, outros até aplaudem Moraes, pois não gostam dos bolsonaristas. E o arbítrio avança a todo vapor e sem qualquer pudor.

Ninguém sabe como Moraes será parado. O que parece é que ele continua mais forte do que nunca, ainda mais com o recuo da cavalaria do Norte, num acordo em que provavelmente Lula rifou a soberania nacional em troca de favores do ministro todopoderoso, de olho na eleição de 2026. Quem, nesse cenário, acredita em eleição limpa, ainda mais com Flávio Bolsonaro disputando contra o sistema, demonstra muita ingenuidade.

Nada parece abalar o regime que tem em Moraes seu principal ícone. Se nem a Lei Magnitsky ou os R\$ 129 milhões de contrato com um banqueiro fraudador foram capazes de enfraquecer o apoio que Moraes recebe dos monstros do pântano, então, pelo visto, nada mais será capaz de derrotá-lo. Ao menos não no curto prazo. Só mesmo um milagre pode retirar as elites dessa anestesia geral. O risco é ser tarde demais...

Fonte: CONSTANTINO, Rodrigo. *Anestesia geral*. <https://revistaaoeste.com/revista/edicao-301/anestesia-geral/> (adaptado)

01. Sobre o texto I, é correto afirmar que:

- a) Faz uma denúncia sobre uma instância do Poder público a qual, de maneira escusa, favoreceu um ato ilícito e indevido.
- b) Expõe um “furo de reportagem” ao revelar, em primeira mão, um esquema ilícito de favorecimento judicial por tráfico de influência.
- c) Desconstrói uma denúncia feita por um veículo de comunicação o qual expôs o fato noticioso de maneira sensacionalista.
- d) Apresenta uma denúncia de corrupção, de maneira imparcial e objetiva, a respeito do favorecimento judicial como ato ilícito.
- e) Exime o Poder Judiciário e seus ministros da ilicitude sobre os atos denunciados e cometidos por tráfico de influência.

02. Sobre o texto I, avalie as afirmações abaixo antes de julgar o que se pede.

- I. O texto expõe a denúncia a respeito do crime de tráfico de influência para justificar o ato ilícito que ocorreu em troca de favorecimento judicial.
- II. Nota-se que o articulista apresentou o julgamento de Filipe Martins como contraponto à conduta do Poder Judiciário, tanto no que diz respeito ao senso de justiça, quanto ao preceito moral do condenado.
- III. O texto prescinde de críticas e análise do cenário político como forma de estender a denúncia feita sobre o Supremo Tribunal Federal.
- IV. O autor do texto defende a ideia de que a denúncia feita por *O Globo* é de linha sensacionalista ao favorecer o esquema denunciado.

Pode-se afirmar que está correto o que se afirmou somente em:

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) I, II e IV.
- d) II, III e IV.
- e) II e III.

03. Leia o fragmento abaixo antes de responder ao que se pede.



“Enquanto Alexandre de Moraes segue praticando o mal, abusando dos direitos humanos, atropelando os demais poderes, perseguindo conservadores e ignorando o maior escândalo de corrupção do STF de que se tem notícia, o país se mostra sob anestesia geral.”

Pelo contexto, a expressão em destaque significa uma crítica em relação à sociedade como um todo diante da denúncia feita. Assinale a alternativa que não representa essa ideia enquanto valor semântico.

- a) Inércia coletiva.
- b) Letargia social.
- c) Inação geral.
- d) Ausência de ânimo.
- e) Vigor coletivo.

04. Assinale a alternativa que apresenta todas as palavras acentuadas pela mesma regra segundo a Gramática Normativa.

- a) “soviético” – “ícone” – “também”.
- b) “escritório” – “família” – “Até”.
- c) “três” – “réus” – “só”.
- d) “país” – “derrotá-lo” – “também”.
- e) “pântano” – “ícone” – “ninguém”.

05. Leia as afirmações abaixo antes de julgar o que se pede.

() Em “A promiscuidade no Poder Judiciário é conhecida, com palestras para eventuais réus, caronas em jatinhos ou escritórios de cônjuges atuando nos tribunais de seus parceiros sem qualquer constrangimento ou suspeição”, a palavra em destaque reforça a crítica feita pelo articulista, na medida em que representa uma oposição lógica para a enumeração dos fatos expostos.

() Em “Nada disso parece importar. No lançamento do SBT News, lá estava Alexandre de Moraes como convidado de honra, com direito a discurso em que agradeceu ao presidente Lula pelo empenho em derrubar a Lei Magnitsky. O ministro celebrou a sua revogação numa festa com ícones dos três Poderes. Novamente, promiscuidade é pouco para descrever tanta indecência”, a parte em destaque reitera a crítica do articulista quanto à corrupção decorrente no âmbito político.

() Em “Em qualquer país normal, essas informações seriam suficientes para uma hecatombe política!”, o articulista inclui contextualmente o Brasil na afirmação destacada por eximi-lo do crime de tráfico de influência no Poder Judiciário, já que, diferentemente de ditaduras, o país se mantém como regime democrático.

() Em “Flávio Dino, o comunista, afirmou que foi um julgamento técnico, sem qualquer vingança, e Moraes endossou o mesmo discurso. Mas todos viram que foi um teatro soviético que instalou de vez no Brasil o ‘crime de opinião’”, o articulista expõe ironicamente que o Estado brasileiro prescinde de um Poder judiciário isento nos julgamentos feitos, uma vez que este preza por fatores como isonomia e imparcialidade nos julgamentos feitos.

() Em “Quem, nesse cenário, acredita em eleição limpa, ainda mais com Flávio Bolsonaro disputando contra o sistema, demonstra muita ingenuidade.”, o autor sugere, em consonância com o gênero textual criado, a opinião de que a expressão destacada não contradirá as denúncias apresentadas, reforçando a ideia do tráfico de influência instaurado no país, para beneficiar aliados e perseguir adversários.

Considerando-se V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, pela ordem, a sequência correta do que se afirmou acima é:

- a) V – V – V – F – V.
- b) V – V – F – F – V.
- c) V – V – F – F – F.
- d) F – V – F – F – V.
- e) F – F – V – V – V.

06. Leia o fragmento:

“Na mesma semana, Moraes condenava Filipe Martins a mais de 20 anos de prisão, mesmo sem qualquer prova do crime. Ao contrário, a defesa apresentou fartas evidências de que o ex-assessor de Bolsonaro desejava aceitar o resultado das eleições, não saiu do país, não participou de qualquer reunião com os militares etc. Nada disso valeu qualquer coisa.”

Os elementos coesivos sequenciais servem para ligar de modo evidente as ideias estabelecidas entre as diferentes partes de um texto. A partir disso, nota-se que, no contexto em que se insere o período em destaque, poder-se-ia acrescentar antes dele um elemento adequado para a manutenção do seu valor semântico, o que se apresenta em:

- a) Portanto.
- b) Logo.
- c) Por isso.
- d) Todavia.
- e) Por conseguinte.

07. Leia o fragmento abaixo a fim de analisar o que se pede.

“Enquanto Alexandre de Moraes segue praticando o mal, abusando dos direitos humanos, atropelando os demais poderes, perseguindo conservadores e ignorando o maior escândalo de corrupção do STF de que se tem notícia, o país se mostra sob anestesia geral. Uns fingem que há normalidade institucional no Brasil, outros até aplaudem Moraes, pois não gostam dos bolsonaristas. E o arbítrio avança a todo vapor e sem qualquer pudor.”

Assinale a alternativa cuja palavra em destaque esteja classificada morfológicamente de modo incorreto entre parênteses.

- a) “Enquanto Alexandre de Moraes segue praticando o mal...” (Substantivo).
- b) “...atropelando os demais poderes[...].” (Pronome indefinido).
- c) “...o país se mostra sob anestesia geral.” (Preposição)
- d) “Uns fingem que há normalidade institucional no Brasil...” (Artigo indefinido).
- e) “...outros até aplaudem Moraes, pois não gostam dos bolsonaristas.” (Conjunção)

08. Leia as afirmações abaixo sobre elementos constitutivos do texto antes de julgar o que se pede.

I. Em “Um total de R\$ 129 milhões em três anos ou R\$ 3,6 milhões mensais, sendo que R\$ 79 milhões foram efetivamente recebidos para atuar no Judiciário, MPF, PF, BC, Receita Federal, PGFN e Cade.”, nota-se que as expressões em destaque sofreram o processo de Abreviação vocabular.

II. Em “Também de O Globo, Lauro Jardim comentou sobre o silêncio geral acerca do assunto explosivo...”, nota-se um equívoco gramatical, pois deveria haver a contração obrigatória



entre a Preposição “de” e o Artigo definido “O”, possibilitando a escrita do trecho da seguinte forma: “Também **do Globo**”.

III. Em “*Em qualquer país normal, essas informações seriam suficientes para uma hecatombe política!*”, a expressão destacada é um adjetivo que passaria a sofrer o processo de derivação imprópria caso o fragmento fosse reescrito da seguinte forma “...essas informações seriam o suficiente para uma hecatombe política!”, não prejudicando o sentido do contexto.

IV. Em “*Ninguém sabe como Moraes será parado.*”, o elemento em destaque funciona como uma conjunção integrante, já que inicia uma oração subordinada substantiva no contexto em relação à oração principal antecedente.

Pode-se dizer que está correto o que se afirmou somente em:

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) I, II e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e III.

09. Assinale a alternativa cuja indicação sintática entre parênteses esteja incorreta para o termo destacado.

- a) “Talvez o valor “advocatório” do escritório esteja somente em causas no Supremo...” (Adjunto adnominal).
- b) “No Banco Central, também não há registros de acesso da advogada...” (Complemento nominal)
- c) “Enquanto Alexandre de Moraes segue praticando o mal, abusando dos direitos humanos...” (Objeto indireto).
- d) “Ninguém sabe como Moraes será parado.” (Sujeito).
- e) “Nada parece abalar o regime que tem em Moraes seu principal ícone.” (Objeto direto).

10. Leia o fragmento abaixo antes de avaliar o que se pede:

Malu voltou ao tema em outra coluna: “A atuação da advogada Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, em defesa do Banco Master, não é desconhecida apenas no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). No Banco Central, também não há registros de acesso da advogada, apesar de o contrato milionário firmado com o Master prever expressamente a atuação dela perante a instituição”.

() Nota-se que as aspas presentes isolam uma fala a qual não pertence ao autor do texto, justificando-se, desse modo, por reproduzir um discurso direto.

() O termo “mulher do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes” encontra-se isolado obrigatoriamente por vírgulas por se tratar de um Aposto explicativo.

() O termo “No Banco Central” está isolado por uma vírgula facultativa por exercer a função sintática de Adjunto adnominal no contexto.

() A vírgula usada antes de “apesar de o contrato milionário firmado com o Master prever expressamente a atuação dela perante a instituição” se justifica por isolar uma oração subordinada adverbial concessiva.

Considerando-se V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, pode-se dizer que, pela ordem, a sequência correta é:

- a) V – V – V – V.
- b) F – V – F – V.
- c) V – V – F – V.
- d) F – F – V – F.

e) V – V – F – F.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Resolva a equação:

$$\log (x) + \log (x - 21) = 2$$

Qual é o valor de x?

- a) 20
- b) 30
- c) 26
- d) 29
- e) 25

12. Em uma sorveteria artesanal, o dono está testando um novo modelo de casquinha de sorvete em formato de cone. Para saber quanto sorvete cabe em cada casquinha, ele precisa calcular o volume interno do cone. A casquinha tem 12 cm de altura e 5 cm de raio na abertura superior. Considerando $\pi \approx 3,14$, qual é o volume de sorvete que a casquinha consegue comportar?

- a) 314 cm³ (gabarito)
- b) 376,8 cm³
- c) 628 cm³
- d) 942 cm³
- e) 1256 cm³

13. Um professor afirma: “Se os atletas treinam com regularidade, então terão um bom desempenho na prova. Os atletas não treinam com regularidade. Portanto, os atletas não terão um bom desempenho na prova.”. **Com base na estrutura lógica do argumento, é correto afirmar que a conclusão do professor é:**

- a) Válida, pois nega a hipótese e nega a conclusão.
- b) Inválida, pois comete a falácia de negar o antecedente.
- c) Válida, pois afirma a consequência.
- d) Válida, pois segue o modus tollens.
- e) Inválida, pois comete a falácia de afirmar o consequente

14. Uma empresa de entregas está analisando o crescimento do número de pacotes transportados ao longo dos meses. Eles registraram a quantidade de pacotes enviados nos primeiros seis meses do ano: 7; 10; 16; 28; 52; 100; ?

O gerente percebeu que o crescimento segue um padrão lógico, e quer prever o número de pacotes do próximo mês. Com base na sequência, qual deve ser o valor do próximo termo?

- a) 180
- b) 196
- c) 204
- d) 212
- e) 220

15. Considere a expressão algébrica:

$$x^2 - 14x + 49$$

Sabendo que ela pode ser fatorada utilizando um produto notável, determine sua forma fatorada.

- a) $(x-5)^2$
- b) $x(x-14)^2$
- c) $(x+7)$



- d) $(x-14)^2$
e) $(x-7)^2$

CONHECIMENTOS GERAIS

16. O desenvolvimento territorial do município de Mirante-BA está diretamente relacionado ao seu processo de vinculação administrativa e à reorganização espacial do território ao longo do século XX. Considerando esse contexto histórico, assinale a alternativa correta.

- a) O desenvolvimento territorial de Mirante ocorreu de forma isolada, sem qualquer vínculo administrativo com outros municípios da região.
b) O território de Mirante integrou, historicamente, o município de Boa Nova, tendo seu crescimento territorial condicionado às decisões administrativas desse ente.
c) Mirante desenvolveu-se territorialmente a partir de um projeto estadual de urbanização planejada, com delimitação territorial prévia à ocupação populacional.
d) A consolidação territorial de Mirante ocorreu ainda no período colonial, com limites definidos por sesmarias e capitanias hereditárias.
e) O desenvolvimento territorial de Mirante decorreu exclusivamente de sua emancipação política, inexistindo ocupação ou organização territorial anterior.

17. O processo de desenvolvimento territorial de Mirante-BA envolveu alterações administrativas e redefinições espaciais ao longo do tempo. Sobre esse processo, assinale a alternativa correta.

- a) O território de Mirante manteve a mesma denominação e organização territorial desde sua formação inicial, sem alterações administrativas relevantes.
b) O desenvolvimento territorial de Mirante foi marcado por sucessivas mudanças de nome e status administrativo, refletindo o crescimento populacional e a organização do espaço local.
c) A organização territorial de Mirante foi definida exclusivamente por critérios econômicos ligados à industrialização regional.
d) A consolidação territorial de Mirante ocorreu apenas após a instalação de infraestrutura ferroviária e portuária na região sudoeste da Bahia.
e) O desenvolvimento territorial de Mirante não sofreu influência da expansão agropecuária, sendo resultado exclusivo da atividade comercial urbana.

18. À luz do Capítulo III – Dos Bens Municipais da Lei Orgânica do Município de Mirante/BA, assinale a alternativa correta quanto à classificação dos bens municipais.

- a) São bens municipais apenas os bens imóveis pertencentes ao Município, excluídos os bens móveis e os direitos patrimoniais.
b) Integram os bens municipais as rendas provenientes do exercício de atividades e da prestação de serviços públicos.
c) Os bens municipais restringem-se aos bens de uso comum do povo, não abrangendo bens dominicais.
d) As águas localizadas no território municipal não podem ser consideradas bens municipais, por pertencerem exclusivamente à União.
e) Apenas os bens adquiridos por meio de licitação integram o patrimônio municipal.

19. De acordo com o Capítulo III – Dos Bens Municipais da Lei Orgânica do Município de Mirante/BA, no que se refere à alienação, ao gravame ou à cessão de bens municipais, assinale a alternativa correta.

- a) A alienação de bens municipais independe da demonstração de interesse público, desde que precedida de avaliação.
b) A doação de bens imóveis municipais pode ocorrer livremente, sem imposição de encargos ao donatário.
c) A alienação, o gravame ou a cessão de bens municipais exigem interesse público devidamente justificado e observância das exigências legais.
d) A alienação de bens móveis municipais é sempre dispensada de licitação, independentemente da finalidade.
e) A concessão de uso de bens municipais dispensa autorização legislativa em qualquer hipótese.

20. Em dezembro de 2025, um evento de grande impacto econômico e social ocorreu no Brasil: um apagão nacional que afetou todos os estados e o Distrito Federal. Segundo informações apuradas, esse blackout teve como causa principal:

- a) Falta de geração de energia por esgotamento das barragens hidrelétricas.
b) Ataque cibernético coordenado contra o Sistema Interligado Nacional.
c) Incêndio em um transformador de subestação que interrompeu o fluxo de energia elétrica.
d) Greve dos trabalhadores das distribuidoras de energia.
e) Restrição internacional no fornecimento de combustíveis fósseis.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Em uma reunião pedagógica, a coordenação orienta o Auxiliar de Classe a planejar rotinas que valorizem brincadeiras, cuidados, interação e experiências diversas, esclarecendo que, na educação infantil, a escola não deve reduzir seu trabalho a “antecipar conteúdos do ensino fundamental”. À luz da LDB, a orientação está adequada porque a educação infantil tem por finalidade:

- a) Alfabetizar formalmente a criança até o final da pré-escola, com metas de leitura e escrita.
b) Garantir o domínio de operações matemáticas básicas como critério de promoção para o 1º ano.
c) Promover o desenvolvimento integral da criança até 5 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.
d) Preparar a criança exclusivamente para avaliações externas do sistema de ensino.
e) Assegurar a progressão por séries com base em desempenho cognitivo padronizado.

22. Uma mãe procura a secretaria e pergunta: “Meu filho tem 2 anos. Em qual unidade ele se enquadra pela LDB?”. Considerando a organização da educação infantil na LDB, a resposta correta é:

- a) Creche, para crianças de até 3 anos de idade.
b) Pré-escola, para crianças de 2 a 5 anos de idade.
c) Ensino fundamental, por já haver socialização e rotina escolar.
d) Classe de alfabetização, por ser etapa preparatória obrigatória.



e) Educação profissional inicial, por envolver hábitos e autonomia.

23. Em uma turma de pré-escola, um responsável solicita “prova com nota” e pergunta se a criança pode “repetir de ano” caso não alcance média. De acordo com a LDB, a alternativa correta é:

- a) A pré-escola deve aplicar provas bimestrais com nota e reprovar quando não houver média.
- b) A avaliação deve ter finalidade classificatória, com promoção para a série seguinte.
- c) A criança pode repetir, desde que a escola registre em ata e comunique ao conselho escolar.
- d) A avaliação deve ser substituída por testes padronizados externos, obrigatórios na educação infantil.
- e) A avaliação ocorre mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento, sem objetivo de promoção.

24. Ao organizar o calendário anual da educação infantil, a direção precisa cumprir a exigência mínima legal. Segundo a LDB, a educação infantil deve ter:

- a) 600 horas anuais, distribuídas em 180 dias letivos.
- b) 800 horas anuais, distribuídas por no mínimo 200 dias de trabalho educacional.
- c) 1.000 horas anuais, distribuídas por no mínimo 220 dias letivos.
- d) 400 horas sem exigência de dias mínimos, por se tratar de etapa não obrigatória.
- e) 800 horas anuais, distribuídas em 180 dias, sem possibilidade de reposição.

25. Uma unidade atende crianças em dois formatos: parte delas permanece apenas pela manhã; outra parte permanece manhã e tarde. Segundo a LDB, a alternativa correta sobre tempo mínimo diário de atendimento é:

- a) Parcial: 3 horas; Integral: 6 horas.
- b) Parcial: 5 horas; Integral: 8 horas.
- c) Parcial: 4 horas; Integral: 6 horas.
- d) Parcial: 6 horas; Integral: 9 horas.
- e) Parcial: mínimo de 4 horas diárias; Integral: mínimo de 7 horas diárias.

26. Uma família questiona se a frequência “é obrigatória” e qual percentual mínimo deve ser controlado na educação infantil. Conforme a LDB, a alternativa correta é:

- a) Frequência mínima de 75%, como em toda a educação básica.
- b) Frequência mínima de 50%, sem necessidade de controle formal.
- c) Controle de frequência, com exigência mínima de 60% do total de horas.
- d) Frequência é dispensada na educação infantil; basta matrícula ativa.
- e) Controle de frequência apenas na pré-escola, sem percentual definido.

27. Durante audiência pública, discute-se a obrigação do poder público quanto ao acesso de crianças à educação infantil. À luz da LDB, é correto afirmar que:

- a) O Estado só deve assegurar a pré-escola, sendo a creche responsabilidade exclusiva da família.
- b) A oferta de creche é facultativa e não integra o dever estatal com a educação.
- c) O dever estatal se limita ao ensino fundamental, não alcançando a educação infantil.

d) O dever do Estado com a educação escolar pública inclui a educação infantil em creche e pré-escola às crianças até 5 anos.

e) O dever estatal começa apenas aos 6 anos, com a alfabetização obrigatória.

28. Em uma formação, o Auxiliar de Classe ouve que o município “é o principal responsável” pela oferta de educação infantil no âmbito do sistema. Segundo a LDB, a alternativa correta é:

- a) A União deve ofertar diretamente toda a educação infantil, em caráter universal.
- b) Os estados devem ofertar creche e pré-escola, e os municípios apenas apoiar financeiramente.
- c) A iniciativa privada é responsável prioritária pela educação infantil, cabendo ao poder público apenas fiscalizar.
- d) A competência pela educação infantil é exclusiva das famílias, e a escola atua como serviço assistencial.
- e) Os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

29. Uma escola decide melhorar seus registros pedagógicos e pergunta se deve emitir algum tipo de documentação ao final do período, mesmo sem “aprovação/reprovação”. Conforme a LDB, é correto:

- a) Emitir histórico com notas e classificação por série, como no ensino fundamental.
- b) Emitir certificado de conclusão com menção “apto/inapto” para ingresso no 1º ano.
- c) Emitir diploma de educação infantil com validade profissional.
- d) Não emitir nenhum documento, pois educação infantil não exige registros formais.
- e) Expedir documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

30. Uma família tenta adiar a matrícula de uma criança de 4 anos “para o ano que vem”. Considerando o dever de matrícula previsto na LDB, assinale a alternativa correta:

- a) A matrícula é obrigatória apenas a partir dos 6 anos, quando inicia o ensino fundamental.
- b) A matrícula é facultativa em toda a educação infantil, inclusive na pré-escola.
- c) A matrícula é obrigatória apenas na creche, pois envolve cuidado e proteção.
- d) É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 anos de idade.
- e) A matrícula a partir de 4 anos depende de vaga exclusivamente na rede privada.

31. Durante uma capacitação, o Auxiliar de Classe é orientado a comunicar ao Conselho Tutelar situações em que uma criança tenha seus direitos ameaçados, ainda que não haja comprovação imediata de dano concreto. Essa orientação fundamenta-se, nos termos do ECA, no princípio segundo o qual a criança:

- a) É objeto de tutela exclusiva do Estado, cabendo à família apenas função subsidiária.
- b) Deve ser responsabilizada progressivamente por seus atos, conforme sua maturidade.
- c) É sujeito de direitos e deve receber proteção integral, com prioridade absoluta.
- d) Possui direitos condicionados à situação socioeconômica da família.
- e) Somente terá direitos assegurados após ingresso no ensino fundamental.



32. Uma criança apresenta sinais frequentes de negligência e ausência de cuidados básicos. A equipe escolar discute se a responsabilidade de proteção cabe apenas à família. De acordo com o ECA, é correto afirmar que a garantia dos direitos da criança é dever:

- a) Exclusivo dos pais ou responsáveis legais.
- b) Apenas do Estado, por meio de políticas públicas específicas.
- c) Prioritariamente da escola, quando a criança está matriculada.
- d) Apenas da comunidade local onde a criança reside.
- e) Da família, da sociedade e do Estado, de forma conjunta e solidária.

33. Uma criança tem seus direitos ameaçados em razão de negligência familiar reiterada. Após comunicação formal, o Conselho Tutelar analisa a situação. Segundo o ECA, as medidas aplicáveis devem:

- a) Visar à proteção da criança, podendo incluir orientação, apoio e acompanhamento da família.
- b) Ter caráter punitivo imediato, com afastamento automático da criança do convívio familiar.
- c) Priorizar a responsabilização criminal dos pais, independentemente de outras providências.
- d) Ser aplicadas somente por decisão judicial, vedada a atuação do Conselho Tutelar.
- e) Restringir-se à inclusão da criança em abrigo institucional como regra geral.

34. Em uma turma de pré-escola, o Auxiliar de Classe organiza atividades que envolvem o uso de materiais específicos para o desenvolvimento da coordenação motora fina. À luz das boas práticas pedagógicas, é mais adequado utilizar:

- a) Bolas grandes e colchonetes, voltados exclusivamente ao equilíbrio corporal.
- b) Escorregadores e túneis, próprios apenas para coordenação motora ampla.
- c) Massinha de modelar, blocos pequenos de encaixe e jogos de rosquear.
- d) Triciclos e balanços, voltados ao fortalecimento muscular global.
- e) Cordas e pneus, utilizados prioritariamente em circuitos motores externos.

35. Para o planejamento de atividades que estimulem a coordenação motora ampla em crianças de creche, o conjunto de equipamentos mais indicado é:

- a) Escadas de espuma, colchonetes, túneis e bolas de diferentes tamanhos.
- b) Lápis de cor, pincéis e folhas de papel sulfite.
- c) Quebra-cabeças pequenos e jogos de memória.
- d) Livros de histórias e fantoches de dedo.
- e) Jogos de encaixe fino e prendedores plásticos.

36. Ao selecionar materiais pedagógicos para crianças da educação infantil, especialmente em creches, um critério fundamental a ser observado pelo Auxiliar de Classe é:

- a) Preferência por materiais importados e de alto custo.
- b) Utilização de materiais pequenos, independentemente da idade, para estimular precisão.
- c) Escolha de objetos com múltiplas funções, ainda que possuam partes cortantes.
- d) Adequação à faixa etária, ausência de peças pequenas destacáveis e certificação de segurança.

e) Priorização de materiais eletrônicos para acelerar a aprendizagem.

37. Para a iniciação educacional e escolar, sem antecipar a alfabetização formal, é correto utilizar materiais que estimulem linguagem, percepção e raciocínio lógico, tais como:

- a) Cadernos pautados e livros didáticos seriados.
- b) Provas diagnósticas e fichas de avaliação com nota.
- c) Apostilas de caligrafia repetitiva e exercícios mecanizados.
- d) Equipamentos esportivos exclusivos para competições.
- e) Jogos de memória, quebra-cabeças, livros ilustrados e jogos simbólicos.

38. Em relação à organização dos materiais e equipamentos em salas de educação infantil e creches, é correto afirmar que:

- a) Os materiais devem ficar guardados em locais altos, acessíveis apenas aos adultos.
- b) A organização dos materiais é irrelevante para o desenvolvimento infantil.
- c) Os materiais devem ser distribuídos aleatoriamente para estimular curiosidade.
- d) Os materiais devem ser utilizados apenas em momentos dirigidos pelo professor.
- e) Os materiais devem estar organizados de forma acessível, visível e segura, favorecendo autonomia.

39. No cotidiano da educação infantil, o Auxiliar de Classe observa que crianças aprendem de formas diferentes, em ritmos distintos, por meio de interações, brincadeiras e experiências cotidianas. À luz dos conhecimentos pedagógicos elementares, essa compreensão está alinhada à ideia de que:

- a) O desenvolvimento e a aprendizagem são processos construídos gradualmente, mediados pelas interações sociais e pelo ambiente.
- b) O processo de aprendizagem ocorre de forma uniforme para todas as crianças, exigindo métodos padronizados.
- c) O ensino deve priorizar exclusivamente a transmissão de conteúdos prontos.
- d) A aprendizagem depende apenas da maturação biológica da criança.
- e) A aprendizagem infantil ocorre somente em situações formais de ensino dirigidas pelo professor.

40. Ao participar do planejamento semanal, o Auxiliar de Classe é orientado a respeitar a rotina da turma, considerando momentos de cuidado, brincadeira, alimentação e descanso. De acordo com princípios pedagógicos básicos, a rotina na educação infantil deve:

- a) Ser rígida e imutável, garantindo controle absoluto do tempo escolar.
- b) Priorizar apenas atividades dirigidas, com pouca liberdade de escolha.
- c) Ser organizada exclusivamente para atender às necessidades administrativas da escola.
- d) Eliminar momentos de cuidado, concentrando-se apenas em atividades pedagógicas.
- e) Ser flexível, previsível e organizada, favorecendo segurança, autonomia e aprendizagem.

